

**PARECER**  
**Reformulação curricular do curso de Bacharelado em Turismo –**  
***Campus Sorocaba da UFSCar***

Parecerista: **Dra. Mirian Rejowski**

Documentação do projeto: *Projeto político pedagógico – Curso de Bacharelado em Turismo; Peças normativas do Ministério da Educação – bacharelado; Peças normativas da UFSCar.*

## **1 Considerações iniciais**

O projeto de reformulação curricular do curso de Bacharelado em Turismo, *campus* Sorocaba, foi analisado à luz das normativas do Ministério da Educação e da Universidade de São Carlos, e da experiência adquirida pelos docentes nos quatro anos de seu funcionamento, ou seja, a partir de 2006. A proposta em referência surgiu de análises, discussões e reflexões do corpo docente representado em uma primeira Comissão Especial criada para conduzir a revisão da grade curricular, a partir de eixos temáticos e eixos temáticos transversais.

Resultaram desta primeira iniciativa fichas de caracterização das disciplinas modificadas, as quais, no entanto, foram questionadas por parecer técnico do CAc, impondo a revisão ampla do PPP do curso. Uma nova Comissão foi então criada com esse propósito, cujo trabalho desenvolvido levou à extinção dos enfoques do curso em “Ecoturismo” e “Turismo Histórico-Cultural”; revisão do perfil do bacharel em Turismo a ser formado; recomposição e criação dos núcleos de conhecimentos estruturais do curso; e revisão das disciplinas existentes e criação de novas disciplinas. O processo de reformulação foi desenvolvido especialmente em 2009.

Este parecer avalia o novo PPP do curso com base nas justificativas para sua reformulação, na sua articulação e adequação ao PDI e normativas vigentes, no perfil do seu egresso, na sua matriz curricular e em outros componentes curriculares, no seu corpo docente e em outros aspectos. Ao final, apresenta a avaliação da proposta e, a título de contribuição, destaca aspectos para o seu aprimoramento, em especial no futuro.

## **2 Análise geral do projeto**

### *2.1 Justificativas para a reformulação*

A reformulação do PPP emergiu do próprio curso por demandas surgidas no decorrer do seu funcionamento de 2006 a 2009, foi levada a efeito por uma equipe de docentes, discutida com todo o corpo docente do curso, e desenvolvida mediante metodologia e seriedade condizentes. Nesse sentido, considera-se tal reformulação plenamente justificada e condizente ao aprimoramento da formação do egresso, cujo esforço do corpo docente mostra empenho e comprometimento com a qualidade do ensino superior de Turismo da UFSCar. No

documento não consta a resposta acerca de uma indagação do CAC, a qual deveria nortear a reformulação de todo o PPP: Houve acompanhamento dos egressos do curso que justificasse mudanças e a criação de uma nova grade e/ou novo perfil do formando?

## 2.2 Articulação e adequação ao PDI e normativas vigentes

O projeto em análise apresenta-se articulado com todos os princípios e diretrizes gerais do PDI da UFSCar, conforme se verifica no teor do item 1 – Referenciais do curso, e no que trata do Turismo no Brasil e no mundo (1.1), na Criação do Bacharelado em Turismo (1.2) e da atualização do projeto político pedagógico (1.3). Destacam-se dois trechos que ilustram essa aderência:

*Esse curso foi alocado no campus Sorocaba, e, em consonância com questões da atualidade, reconhece e incorpora a busca da sustentabilidade das atividades turísticas. Atende, assim, uma dupla demanda, qual seja, a das questões contemporâneas que afetam a qualidade de vida em sentido amplo e a manutenção da diversidade cultural e natural, entendendo que se trata de pólos não excludentes, sendo antes complementares [...]*

*Esse exercício culminou na conformação de uma estrutura curricular que pressupõe o desenvolvimento de um conjunto mais expressivo e articulado de atividades interdisciplinares, com vistas à formação de núcleos e programas de aprendizagem conjuntos. Com isso, a equipe docente passa a se orientar para a construção efetiva de uma matriz curricular, em que pesem a definição e operacionalização de eixos integradores entre os conteúdos do curso. (PPD, 2010, p. 9 e 12)*

O PPP também é condizente às normativas do Ministério da Educação – diretrizes curriculares (disciplinas e núcleos de conhecimentos, p. ), carga horária (3.360 horas, p. 53 a 55 - reduzida em 150 horas), e outros componentes curriculares - estágio obrigatório, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares (apêndice H, p. 109 a 184). Não foram localizadas informações sobre os prazos mínimos e máximos de integralização do curso.

## 2.3 Perfil do egresso

O perfil do egresso descrito (p. 13), bem como suas competências, habilidades, atitudes e valores (p. 14 a 16) traduzem adequadamente os onze aspectos definidores do perfil do profissional a ser formado na graduação da UFSCar (PDI, 2ª edição) e atendem o disposto nas diretrizes curriculares (Resolução nº 24/2006, art. 4º). Questiona-se, na p. 13, linha 5, 1º parágrafo, a formação multidisciplinar por excelência, uma vez que a formação do aluno conforme normativa da UFSCar deverá ser *multi, inter e transdisciplinar*. Ao se definir uma formação multidisciplinar no perfil do egresso, os diálogos entre as áreas pouco acontecem e os campos de estudos podem se encerrar em seus limites, o que não é condizente ao próprio campo do Turismo.

## 2.4 Matriz curricular

Conforme análise dos núcleos de conhecimentos estruturais, disciplinas e atividades do curso (p. 17-21), a matriz curricular contempla e demonstra coerência em relação ao perfil do profissional a ser formado e às Diretrizes Curriculares Nacionais. Considera-se que a hierarquização, carga horária e ementa das disciplinas, além das justificativas de modificação

ou criação das mesmas, são adequadas à nova proposta de reformulação, bem como o estágio obrigatório, o trabalho de conclusão de curso e as atividades complementares, todos devidamente explicitadas no projeto. O tratamento metodológico organizado em quatro níveis de formação, cada um correspondendo a dois semestres, dispõe claramente os objetivos de formação hierarquizados de forma a atingir a proposta de formação e o perfil do profissional (p. 22).

Observou-se, na estrutura do relatório final de Estágio (p. 154), no item desenvolvimento, capítulo I, a inadequação do termo *empresa*, uma vez que este pode ser feito em empresa, órgão público, associação, organização não governamental, entidade de classe etc. Destaca-se a obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso e sua regulamentação (p. 116 a 124), mesmo este sendo opcional para o curso, uma vez que o mesmo incorpora a inter e a transdisciplinaridade do conhecimento, cujo desenvolvimento complementa a formação do egresso e pode gerar novos conhecimentos no campo do Turismo.

Especialmente referente às disciplinas, em geral as ementas e os objetivos estão bem elaborados e adequados à proposta de reformulação. No entanto, a análise detalhada de cada disciplina indica que é possível avançar na formatação da matriz curricular, a partir de ajustes no nome e ementas de algumas disciplinas; e uma atualização da bibliografia em geral, pois esta pode ser atualizada com obras mais recentes e/ou referenciais sobre a temática abordada.

## *2.5 Outros aspectos*

O projeto não caracteriza o corpo docente, o corpo técnico-administrativo, o espaço físico e os recursos materiais referentes ao funcionamento do curso. Como o projeto em análise configura-se como uma proposta de reformulação do curso, depreende-se que os seus docentes, concursados e contratados, tenham formação e titulação acadêmica, com perfis coerentes à sua atuação em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim, também se entende como adequado o corpo técnico administrativo, o espaço físico e os recursos materiais.

## **3 Parecer Final**

### *3.1 Aprovação com sugestões*

A avaliação de toda a documentação do projeto indica a sua validade, pertinência e coerência com as necessidades do curso, compreendendo-se, assim, que a reformulação proposta deve se efetivar. Assim, registra-se o **parecer favorável à Reformulação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Bacharelado em Turismo da UFSCar**, mediante as seguintes modificações:

- a) Incluir na Apresentação ou em outra parte do documento informações que esclareçam a indagação do CAC se houve acompanhamento dos egressos do curso que justificasse mudanças e a criação de uma nova grade e/ou novo perfil do formando;

- b) Alterar a redação da p. 13, linha 5, incluindo *a formação multi, inter e transdisciplinar do aluno*;
- c) Incluir os prazos mínimos e máximos de integralização do curso;
- d) Subdividir o item 4 em dois subitens: 4.1 Núcleos e disciplinas e 3.2 Visitas técnicas;
- e) Na estrutura do relatório final de Estágio (p. 154), no item desenvolvimento, capítulo I, mudar o termo empresa por outro mais abrangente (instituição ou unidade de estágio), uma vez que este pode ser feito em empresa, órgão público, associação etc.
- f) Incluir informações sobre o corpo docente do curso e o corpo técnico-administrativo de apoio ao mesmo.
- g) Colocar as disciplinas do Ementário (p. 59 a 106) na mesma ordem em que aparecem na estrutura curricular 2011 (p. 53-55).
- h) Rever e atualizar todas as bibliografias, pois há várias disciplinas com carência de obras referenciais e obras mais recentes. Há um livro - Interpretar o Patrimônio Cultural - que figura em duas disciplinas - Turismo e Bens Imateriais e Interpretação do Patrimônio em Turismo -, o qual deve constar apenas desta última.
- i) Analisar e propor algumas alterações do nome de algumas disciplinas para maior formatação e coesão da matriz curricular, bem como proceder a revisão de algumas ementas de disciplinas, como sugerido no quadro a seguir.

<b>Denominação atual</b>	<b>Alterações sugeridas</b>
<i>Administração Contábil e Financeira</i>	Rever a ementa, pois esta não dialoga com o Turismo
<i>Análise de Projeto de Empreendimento turístico</i>	<b>Projetos Turísticos 2</b> ( a análise de projeto de empreendimento turístico é contemplada na ementa)
<i>Antropologia Cultural e Turismo</i>	<b>Antropologia do Turismo</b> (denominação já é reconhecida pela comunidade científica)
<i>Economia Aplicada ao Turismo</i>	<b>Economia do Turismo 2</b>
<i>Elaboração e viabilidade econômica de projetos turísticos</i>	<b>Projetos Turísticos1</b> (a elaboração e viabilidade econômica é contemplada na ementa)
<i>Empreendedorismo</i>	<b>Empreendedorismo em Turismo</b>
<i>Gastronomia, Gestão e Cultura</i>	<b>Gastronomia e Alimentação</b>
<i>Geografia do Turismo</i>	<b>Geografia do Turismo 2</b>
<i>Hospitalidade e Turismo</i>	<b>Hospitalidade em Turismo</b> ou <b>Hospitalidade</b>
Introdução à Administração em Turismo	<b>Fundamentos da Administração em Turismo</b> ou <b>Administração Aplicada ao Turismo</b>
<i>Introdução à Economia</i>	<b>Economia do Turismo 1</b>
<i>Introdução à Geografia</i>	<b>Geografia do Turismo 1</b> (denominação já é reconhecida pela comunidade científica e pode incorporar os fundamentos dessa disciplina para o turismo) Rever a ementa, pois deve contemplar alguma relação com o turismo.

<i>Introdução Geral à História da Arte</i>	<b>Elementos da História da Arte no Turismo</b> ou <b>Elementos de História da Arte para o Turismo</b> Rever a ementa, pois esta não dialoga com o Turismo
<i>Meios de hospedagem</i>	A ementa não deveria se fixar apenas à abordagem sistêmica do turismo
<i>Noções de Direito e Legislação Aplicada ao Turismo</i>	<b>Direito Aplicado ao Turismo</b> (ou outra denominação mais reduzida)
<i>Percepção e Educação Ambiental</i>	Os conceitos sobre multi, inter e transdisciplinaridade e transversalidade podem figurar na ementa de outra disciplina Sintetizar os objetivos, pois estão muito extensos

### 3.2 Considerações Finais

Finalizando este parecer, referenda-se o empenho do corpo docente na proposta de reformulação e cita-se que a educação superior em Turismo vem sendo discutida por um grupo de experts do Exterior denominada *TEFI – Tourism Education Future Initiatives*. Trata-se de uma iniciativa internacional apoiada em cinco valores fundamentais da educação do turismo no futuro, quais sejam: ética, conhecimento, profissionalismo, zelo (envolve também a sustentabilidade) e mutualidade (respeito mútuo). Ao mesmo tempo, espera-se que o curso de Turismo da UFSCar abra caminho para iniciativas de pós-graduação (lato e stricto sensu), e para intercâmbio com outras instituições do Brasil e do Exterior, além de atividades inovadoras de ensino, pesquisa e extensão, em especial referentes à pós-graduação “stricto sensu”.

São Paulo, 11 de agosto de 2010.



**Profa. Dra. Mirian Rejowski**

## *Comissão de Análise do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Turismo*

### **PARECER**

Conforme solicitação da Pró-Reitoria da Graduação, em seu Of. 491/2010, datado de 23 de junho p.p., o exame da documentação referente ao Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Turismo foi realizado pela presente Comissão, que se manifesta nos termos abaixo:

- a) O documento está bem redigido. Apresenta clareza na exposição das idéias, favorecendo o acompanhamento dos argumentos em torno da mudança da grade curricular. Os quadros esquemáticos foram de grande utilidade para a análise da situação atual do curso, da proposta de mudança e das estratégias de transição;
- b) Apesar de tais virtudes, e até em razão das mesmas, foi possível identificar algumas insuficiências do Projeto submetido, as quais serão elencadas a seguir:

b.1) O documento faz menção à contextualização institucional que deflagrou a criação do curso (p.8), qual seja, a criação do campus Sorocaba da UFSCar, o qual, por seu turno, está atrelado indissociavelmente do tema da Sustentabilidades. Nos próprios termos do documento (p.9), *“Esse curso foi alocado no campus Sorocaba e, em consonância com questões da atualidade, reconhece e incorpora a busca da sustentabilidade das atividades turísticas. Atende, assim, uma dupla demanda, qual seja, a das questões contemporâneas que afetam a qualidade de vida em sentido amplo e a manutenção da diversidade cultural e natural, entendendo que se tratam de pólos não excludentes, sendo antes complementares.”* Ocorre que esse compromisso, no entender da Comissão, não está devidamente configurado nas atividades curriculares e extra-curriculares; ao contrário, identificou-se uma redução de número de disciplinas e carga horária voltada para o propósito supra. Na página 11 do documento lê-se: *“Extinção dos enfoques do curso em “Ecoturismo” e “Turismo Histórico-Cultural”*. Exemplos são a disciplina *Legislação Turística e Ambiental* (PPP 2006-2010), substituída pela disciplina *Noções de Direito e Legislação Aplicada ao Turismo* (PPP 2011), cujos objetivos não mencionam um considerável arcabouço legal indispensável para o exercício de atividades em Unidades de Conservação e afins, desde a Política Nacional de Meio Ambiente, a Política Nacional de Recursos Hídricos, o Código Florestal e outros. Outra ilustração é a substituição da disciplina *Planejamento Turístico em áreas de Conservação* (com 4T, no PPP 2006-2010) pela disciplina *Planejamento e Gestão dos Usos do Patrimônio Natural e Cultural* ( com 2 T, no PPP 2011). A menção do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na disciplina *Turismo e Meio Ambiente* não resolve e problematiza ainda mais a questão, posto que, nela, 4 créditos são propostos para cobrir uma gama significativa de conhecimento sobre biomas brasileiros, planejamento empresarial, educação e ética, ampliando o risco de uma abordagem superficial naquilo que deveria ser o fulcro da formação profissional singular que caracterizaria um curso da UFSCar nesse *campus*. Há, por fim, que salientar o intento de ambientalização curricular está contemplado no Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI da UFSCar;

b.2) O foco nas dimensões sociais da sustentabilidade, contextualizando o conteúdo disciplinar e extra-curricular na realidade regional – que será aquela na qual o discente do curso, em seu processo de formação, terá pressupostamente maior possibilidade de interagir – não tem nitidez no Projeto apresentado. Ilustrativamente, a Comissão entende que seria apropriado reportar a inserção do curso no contexto (a) de urbanização predatória, configurada pela industrialização e efeitos poluentes graves na região de Sorocaba; (b) de acentuada desigualdade social e dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH-M) do estado de São Paulo, relacionados aos municípios do Vale do Ribeira e Litoral Sul, o que implica em problemas como o de desemprego estrutural; (c) a presença de importantes povos tradicionais, como caiçaras e quilombolas, que se encontram à margem dos benefícios do desenvolvimento e, ainda, têm seus processos de territorialização constantemente atravessados por pressões do setor turístico e do ambientalismo preservacionista, dentre outros; e, por fim, (d) o exuberante fragmento de Mata Atlântica da referida região, que suporta a rica biossociodiversidade regional. A associação desses componentes poderia orientar o processo formativo, ainda que não se reduza apenas a tal circunscrição socioambiental. Disciplinas de Etnoconhecimento, Sociologia do Desenvolvimento e Ecossistemas Brasileiros sejam apreciáveis no aspecto supra;

b.3) Embora, nas páginas 24-25, seja apresentado um compromisso com a integração das disciplinas, sobretudo a partir dos núcleos correspondentes, articulando os diferentes componentes curriculares, em termos práticos, não houve a elucidação das estratégias que garantirão tal integração – a não ser em RTB I, RTB II e no TCC. Do mesmo modo, não se conseguiu identificar a correspondência da nova grade proposta com a totalidade do texto genérico acerca das Competências, Habilidades, Atitudes e Valores (item 3, páginas 14-15), sobretudo no concernente aos sub-itens 3.1.14 (“*Participar da organização comunitária, procurando contribuir para os processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas públicas afetas ao turismo*”), 3.1.20 (“*Organizar, coordenar e participar de ações de equipes inter/multidisciplinares de forma criativa, em diferentes contextos organizacionais e sociais*”) e 3.1.22 (“*Delinear o contexto em que se dá sua atuação profissional, reconhecendo fatos, tendências, fenômenos, movimento de caráter social, econômico, político ou cultural, que ao longo da história e na atualidade, influenciaram e/ou influenciam o desenvolvimento do país e do mundo, interferindo na preservação/conservação de seu patrimônio ecológico e histórico-cultural*”). Ilustrativamente, perguntar-se-ia: quais bases teóricas, conhecimentos sócio-históricos da região e atividades garantirão a formação de um turismólogo apto a realizar turismo comunitário e ser pró-ativo junto aos povos tradicionais locais?

b.4) Há repetições de argumentos nas justificativas de disciplinas, como em *Antropologia Cultural e do Turismo* (p. 46) e em *Sociologia do Lazer e do Turismo* (p. 51), o que suscita preocupações quanto ao aprofundamento das razões da mudança proposta. Ademais, a apresentação das disciplinas com os respectivos docentes ministrantes, os quais compõem o quadro atual do curso, não é julgado adequado pela Comissão, posto personalizar um projeto de caráter institucional, embora seja relevante saber quais quadros compõem o curso atualmente. Em relação a isso, indagar-se-ia: qual a garantia que o docente *x*, ora caracterizado como ministrante da disciplina *y*, estará nos quadros da Instituição e do curso nos anos vindouros? Estando, terá a mesma disposição em lecioná-la? Docentes outros que porventura se apresentem para a atividade estarão concordes com o conteúdo? Para

superar tais indagações, a grade deveria, sim, ter correspondência ao quadro humano ora disponível, mas sem se confundir demasiado com ele, posto que a instituição possa indicar caminhos no projeto com que o coletivo atual seja absolutamente convergente ou tenha que se adequar ou, ainda, sejam caminhos alternativos que imprimam novas necessidades de contratação;

b.5) As disciplinas da área das Ciências Humanas e Sociais – como em Antropologia, Sociologia e Psicologia – não parecem contemplar aspectos fundamentais relacionados à compreensão da diversidade social do país e, particularmente, das especificidades do público com quem o turismólogo irá, direta ou indiretamente, interagir, o que deveria ser abarcado de maneira disciplinar ou, preferencialmente, como Tema Transversal. Ilustrativamente, reportamos o público infantil, adolescente, idoso e de pessoas com deficiência. Cada qual apresenta uma peculiaridade quanto aos interesses, motivações e acessibilidade nas atividades de lazer e recreação e exige cuidados específicos. Igualmente, conhecimentos básicos em primeiros socorros e em técnicas de sobrevivência em ambientes naturais seriam apreciáveis para que o turismólogo possa preparar guias e afins quando da necessidade de enfrentar situações adversas e imprevisíveis com um determinado grupo de turistas. Tais situações são passíveis de ocorrer, sobretudo, junto a segmentos de turismo ecológico, turismo rural e afins – e envolvem desde a perda do grupo em mata fechada, a ocorrência de picada de animais peçonhentos, a ocorrência de traumas decorrentes de quedas abruptas etc – o que imbrica conhecimentos que podem exigir novas disciplinas e docentes nas áreas de Saúde e Biologia. Nesse particular, sugere-se, alternativamente, a previsão de atividades que possam contar com a participação da expertise constituída em outros *campi* da UFSCar, como no *campus* São Carlos, nas áreas de Antropologia, Sociologia, Ecologia, Medicina e outras;

b.6) Não houve um recorte temporal significativo, desde o processo de implantação do curso, para se analisar, pela trajetória dos egressos, as necessidades de mudança da grade. Apenas uma turma, até agora, se formou;

c) As justificativas pontuais para a mudança de disciplinas não toma o lugar da necessidade de apresentar mais detalhadamente a nova ‘cara’ do curso, isto é, sua nova identidade e as razões substantivas para imprimi-la a partir de 2011. O documento não apresenta uma forte justificativa para a mudança de enfoque do curso.

Pelo acima exposto, a Comissão, em **PARECER FINAL**, recomenda a *Aprovação condicionada às modificações propostas por esta Comissão de Análise, com verificação a ser feita pela Coordenadoria de Desenvolvimento Pedagógico da Pró-Reitoria de Graduação.*

São Carlos, 15 de agosto de 2010.

A Comissão

---